

APRESENTAÇÃO

Desde sua criação, a Revista Conexão Política – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI vem dando ênfase à publicação de artigos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros da área de Ciência Política e Relações Internacionais, tornando-se um fórum de reflexão sobre a política na esfera nacional e internacional. Nessa edição, privilegiaram-se dois temas que, nas últimas décadas, tornaram-se proeminentes nas Ciências Sociais, o estudo de políticas públicas e sociais.

Assim, os artigos aprovados para essa edição da Revista Conexão Política fazem parte do dossiê **Estado, sociedade, políticas públicas e sociais**. Os *papers* e resenhas comungam um padrão de análise que desenha as políticas públicas como intervenções que o poder público realiza ou impõe sobre setores da sociedade, através de ações concretas, visando a determinadas demandas sociais. Segundo os autores desta edição, os Estados procuram atingir esses fins por meio de um conjunto de ações tendo em vista objetivos e metas racionalmente planejados que possam atender a expectativas, mas sabe-se que a intervenção planejada através de políticas nem sempre produz os efeitos desejados. Dessa forma, os limites e malogros também são realçados.

Os artigos advogam que, através de canais públicos e privados, os organismos da sociedade manifestam a necessidade de serviços e bens públicos e que a sua concretude depende da ação planejada do Estado. As políticas públicas nesse número da Revista são compreendidas, então, como ações e decisões coordenadas pelos governos para responder a manifestações, necessidades, exigências e diligências sociais e políticas. Parte-se do pressuposto de que os formuladores desse tipo de políticas procuraram compreender as demandas da sociedade com o fito de procurar soluções adequadas para

as mesmas. Mas sabe-se que os governos trabalham com recursos escassos. Por isso e por questões ideológicas, partidárias, corrupção etc., certas demandas e grupos sociais serão contemplados apenas parcialmente e outros nem contemplados o serão, o que torna a definição e implementação de políticas públicas eivadas por disputas e conflitos de diferente natureza.

Por outro lado, as políticas sociais (uma das formas de manifestações das políticas públicas) são compreendidas como as políticas demandadas pela sociedade ou que visam à produção de bens e serviços públicos que não se configuram, *a priori*, como política econômica (saúde, educação, assistência social etc.). Mas é importante frisar que a dicotomia que geralmente se faz entre social e econômico não põe essas duas formas de políticas em polos opostos. Pelo contrário, percebe-se nos artigos desse dossiê que elas são geralmente intercambiáveis, fazem parte de uma mesma realidade, realidade essa multifacetada. Por essa lógica, constata-se que as políticas sociais desempenham papel econômico fundamental hodiernamente, estimulando investimentos privados e públicos em áreas como educação, saúde, assistência social, previdência etc., gerando empregos e um conjunto de negócios em seu entorno.

O primeiro artigo desta edição da Revista Conexão Política é de natureza teórica. Defende que a análise de políticas públicas deve estar amparada em estudos que priorizam as relações sociais, fundamentalmente na Sociologia do Estado. Assim, **Roberto Dutra** e **Mauro Macedo Campos** dão importância ao papel que essa área do conhecimento social deve desempenhar numa compreensão de amplo alcance da gestão de políticas públicas. O argumento central é de que esse tipo de investigação demanda teorias da sociedade com potencial para tematizar as relações entre diferentes subsistemas sociais no processo de formulação e implantação de políticas públicas.

O artigo de **João Paulo M. Peixoto** centra sua análise no processo de reformas do Estado, principalmente o que ocorreu no Brasil a partir da ascensão de Fernando Henrique Cardoso como presidente. Para o autor, as reformas estruturais vêm destacando as mudanças nas estruturas econômicas e políticas, cotejando antigas disputas entre liberais e estatistas.

Por outro lado, a partir do caso brasileiro, **Ricardo Borges Gama Neto** enfatiza o desenvolvimento de índice para medir a transparência fiscal dos estados, destacando que o Índice de Transparência da Organização Social Contas Abertas dos anos de 2010 e 2012 tem balizado o estudo desse fenômeno político.

Ana Paula Ornellas Mauriel, Beatriz de Carvalho Pires Trindade, Camila Barbosa da Costa e Cintia Palmeira analisam os gastos com os programas sociais de combate à pobreza no Brasil entre os anos de 2003 e 2010. Partem da tese de que, ao priorizarem o combate à inófia, as políticas sociais desse período forjaram mudanças nas prioridades de alocações de recursos da seguridade social brasileira. Sendo assim, centram o debate na relação entre o papel do fundo público e o financiamento de políticas sociais a partir do modelo de desenvolvimento imposto pelo Estado brasileiro, para depois estudar os gastos com a gestão da pobreza no governo Lula.

O artigo de **Fabiana Marion Spengler** procura entender a mediação comunitária como política pública, apresentando-a como um instrumento capaz de auferir respostas rápidas no trato dos conflitos sociais. Nesse caso, estuda a mediação comunitária como um árbitro independente em comunidades onde o conflito está instaurado, estimulando nos moradores sentimentos de inclusão social. Esse tipo de políticas públicas teria o poder de fortalecer uma cultura de paz, valores e práticas democráticas fundamentais para uma convivência pacífica.

Giselle Souza da Silva estuda a relação entre fundo público e as atuais políticas públicas brasileiras, que, segundo a autora, privilegiam o capital portador de juros. Ao beneficiar essa forma de capital, a política econômica adotada estaria possibilitando que o fundo público fosse utilizado para a valorização e acumulação do capital financeiro, causando graves consequências para as políticas sociais. É mister observar-se que a autora defende que a composição do fundo público é de caráter regressivo, recaindo o financiamento das políticas sociais sobre a classe trabalhadora. Fatos como esse colocariam em xeque a tese de que está em curso um processo de redistribuição de renda no Brasil nos últimos anos.

O texto de **Maíra dos Santos Moreira** examina a regulação da política de assistência social brasileira, focando a análise na autonomia

dos municípios para implantar esse tipo de política. Para entender essa questão, a autora faz uma digressão histórica da trajetória da assistência social no Brasil. Em seguida, estuda as mudanças provocadas pela Constituição Federal de 1988, que, no seu bojo, traz a garantia de direitos sociais e a assistência como uma política pública, como um dever do Estado e um direito do cidadão.

Gaspare M. Genna estuda a possibilidade da implantação de políticas de imigração a ser desenvolvida pela União Europeia. Para estudar esse tipo de política, Genna utiliza-se de hipóteses que levam em consideração teorias de identidade social. Utilizando-se dos dados do Eurobarômetro coletados em 2000, defende que uma política desse tipo é provável somente quando os indivíduos apresentam identidade europeia, ou seja, para os autóctones. Por essa lógica, uma política migratória empreendida pela União Europeia seria tão restritiva quanto as políticas nacionais.

Este número da Revista Conexão Política conta ainda com as resenhas escritas por **Barbara Cristina Mota Johas, Valter Rodrigues de Carvalho e Silvana Winckler**. Johas avalia a coletânea “Diálogos para o desenvolvimento - efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação”, organizada por Roberto Rocha C. Pires, Ipea, 2011; Carvalho sumaria o livro “Capacidades Estatais e Democracia: arranjos institucionais de políticas públicas”, editado por Alexandre de Ávila Gomide e Roberto Rocha C. Pires, Ipea, 2014 e Winckler resenha a obra “O movimento de justiça global – uma nova mobilização política de resistência?”, escrita por Khris Mattar, Unijuí, 2013.

Teresina, julho de 2013.

Raimundo Batista dos Santos Junior
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política